

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



5. Os FLÁVIOS

Nuno Simões Rodrigues

Universidade de Lisboa

CECH-UC/CH-ULisboa/CEC-ULisboa

ORCID: 0000-0001-6109-4096¹

nonnius@fl.ul.pt

Sumário: Depois dos Júlio-Cláudios e do ano marcado pela sucessão de quatro imperadores, a segunda dinastia imperial romana assumiu o poder em 69 d.C., com Vespasiano, e terminou em 96 d.C., com a morte de Domiciano, filho daquele. Entre um e outro, Tito governou um curto período de dois anos (79-81 d.C.). Apesar de, no essencial, o regime político ter-se mantido inalterado, com os Flávios houve algumas intervenções, significativas, sobretudo ao nível da administração, da gestão do território e da reestruturação das forças armadas. Este texto apresenta uma síntese do processo político vigente durante este período.

0. Os Flávios ou a continuidade na mudança

Após a morte de Nero e ainda no decurso do conturbado ano 69 d.C., uma nova dinastia assumiu o controlo do governo de Roma e do mundo romano: os Flávios. Com a acessão do primeiro príncipe flávio começou a segunda dinastia imperial romana. Esta nova dinastia, que governou o Império Romano entre 69 e 96 d.C., contou com apenas três príncipes: Vespasiano (69-79 d.C.) e os seus dois filhos, Tito (79-81 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.). Ainda assim,

¹ Este estudo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017) do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, UID/HIS/04311/2013 do Centro de História da Universidade de Lisboa e UID/ELT/00019/2013 do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

o período flávio foi de relativa prosperidade e, sobretudo, de consolidação das instituições e do regime autocrático inaugurado apenas algumas décadas antes por Octávio Augusto. Tendo sido a segunda dinastia imperial vigente em Roma, os Flávios tiveram também o papel de confirmar que a *Vrbs* e os territórios a ela associados ou dela politicamente dependentes não eram mais administrados por uma república, em que o povo e suas assembleias tinham palavras a dizer, mas por um regime dinástico, cada vez mais marcado pela linha determinada pelo sangue ou pela família e centrado na figura do *princeps* que, entre outras coisas, era também *imperator* e *pontifex maximus*. Com os Flávios, Roma e os Romanos ganharam consciência de que a *Res Publica* era cada vez mais uma história associada aos seus antepassados e que, apesar do que as instituições persistiam em tentar mostrar, estavam de novo mais próximos dos tempos de Rômulo e dos Tarquínios do que dos de Catão-o-Censor ou dos Gracos.

1. *Titus Flavius Sabinus Vespasianus* (69 d.C.-79 d.C.)²

Os *Flavii* eram uma família não aristocrática, originária da região de Reate, na Sabina (Suet. *Ves.* 1.2; 2.1). Tito Flávio Sabino Vespasiano nasceu no ano 9 d.C., sendo filho de Tito Flávio Sabino. Este tinha sido publicano no Oriente e veio a exercer a atividade bancária entre os Helvécios (Suet. *Ves.* 1.2). Terá sido nessa qualidade que Flávio Sabino angariou alguma fortuna, o que lhe permitiu ingressar na ordem equestre. Por seu lado, a mãe de Vespasiano, Vespásia Póla, de quem ele herdou o seu *cognomen Vespasianus*, pertencia a uma família de *equites*, sendo que um dos seus tios tinha sido já senador (Suet. *Ves.* 1.3).

Apesar de não ser das mais ilustres de Roma, a família de Vespasiano cultivava patrocínios e mantinha contactos sociais que se revelaram da maior importância. Da rede social dos *Flavii* destacam-se, além de outros, os *Pomponii*, os *Plautii* e os *Vitellii*³. A este propósito, parece-nos pertinente citar uma frase de Tácito, que diz que *Vespasianus... Vitellii cliens, cum Vitellius collega Claudio foret* (“Vespasiano era cliente de Vitélio, quando Vitélio era colega de Cláudio”, Tac. *Hist.* 3.66). A afirmação de Tácito parece sintetizar bem a rede clientelar em que o futuro imperador de Roma radicava e em que se movimentou e que deverá ter contribuído para a sua acessão.

Mas, de todos os Flávios, Vespasiano não terá sido o que melhor impressão causou nas esferas do poder durante esse período. Com efeito, o irmão de Tito Flávio Sabino Vespasiano, conhecido apenas como Flávio Sabino, terá tido um percurso a todos os níveis mais exemplar e proeminente, no final da governação da dinastia júlio-cláudia, vindo a morrer às mãos dos apoiantes de Vitélio. Se

² As datas indicadas junto ao nome de cada um dos imperadores flávios dizem respeito ao período de exercício do principado.

³ Jones 1992 3-4; Levick 1999 23-25; Vervaet 2016.

Vespasiano chegou a ser imperador, o irmão dele foi antes disso legado na Mésia (49 e 56 d.C.), cônsul sufecto no tempo de Nero e prefeito de Roma no tempo de Otão (Tac. *Hist.* 1.46).

Ainda assim, não será de excluir a hipótese de que terá sido sob o governo de Nero que Flávio Vespasiano fez germinar aquilo que viria a ser conhecido como as *partes Flavianae* ou “partido flaviano”, que o viriam a apoiar na sua acessão imperial. De facto, Tito Flávio Sabino Vespasiano iniciou a sua carreira política sob o principado de Nero.

Por outro lado, parece ser também ponto assente entre os historiadores contemporâneos que parte considerável do reconhecimento de Vespasiano se deveu às qualidades do homem como militar e político⁴. Uma dessas qualidades parece ter sido o sentido de retribuição que Flávio Vespasiano demonstrou para com os seus apoiantes, cujas competências e lealdade ele percebeu sempre no momento oportuno. Não raramente, Vespasiano parece ter reconhecido quem o apoiou com a retribuição e devolução de maiores responsabilidades ainda, o que se traduziu em usufruto de mais poderes também⁵.

Por outro lado, não deixa de ser pertinente referir que terá sido a falta de nobreza da família de Vespasiano que terá acabado por favorecê-lo sob o principado de Nero, visto que essa característica tê-lo-á isentado de ser um alvo preferencial a abater, na eventualidade de alimentar algum tipo de concorrência política no espírito do último dos Júlio-Cláudios.

No seu percurso biográfico, não será ainda de desconsiderar a relação que o Flávio manteve com Antónia Cénis. Vespasiano casou-se com uma mulher da sua própria família, Flávia Domitila, que era filha de Flávio Liberal, de quem teve três filhos: Tito Flávio Vespasiano (n. 39 d.C.), Domitila Menor (n. 45 d.C.) e Tito Flávio Domiciano (n. 51 d.C.). A mulher e a filha de Vespasiano morreram ainda antes de ele se tornar imperador (Suet. *Ves.* 3). A vida amorosa deste Flávio, no entanto, parece ter sido dominada sobretudo por uma liberta de Antónia Menor⁶. Antónia Cénis era assim uma mulher bem relacionada com a casa imperial, em particular com os Júlio-Cláudios, não tendo por certo sido estranha à emergência política do primeiro imperador flávio. B. W. Jones vai mais longe, ao afirmar que todas as relações matrimoniais e amorosas da família de Vespasiano tiveram objetivos bem concretos: o avô casou-se com Tertula, de quem recebeu o dinheiro; o pai com Vespásia Póla, de quem recebeu o estatuto; Vespasiano relacionou-se com Antónia Cénis, através de quem conseguiu influência política (D.C. 65.14)⁷.

⁴ Nicols 1978; Nicols 2016 61-62.

⁵ Nicols 2016 62.

⁶ A filha de Marco António e Octávia, mulher de Druso (filho de Lívia e enteado de Augusto), mãe do imperador Cláudio e avô do imperador Gaio Calígula. Sobre esta princesa, vide e.g. Kokkinos 1992 e Meise 1969 93-139.

⁷ Jones 1992 4.

Foi assim, graças a esta herança, que tanto Vespasiano como o irmão mais velho, Tito Flávio Sabino, acabaram por seguir uma carreira pública, militar e administrativa, a qual, por sua vez, lhes permitiu atingir cargos de topo no Estado romano.

A proclamação de Vespasiano como príncipe de Roma ocorreu a 1 de julho de 69 d.C., o primeiro momento em que as tropas estacionadas no Oriente o aclamaram *imperator* (Suet. *Ves.* 6.3). A confirmação oficial do senado, porém, só aconteceu cerca de meio ano depois, em dezembro de 69 d.C.⁸. Entre a aclamação militar e a confirmação senatorial manteve-se um clima de guerra civil que culminou com a ocupação da Urbe pelos Flávios⁹. Quando foi aclamado pelas suas tropas, o próprio Vespasiano estava no Oriente, mais concretamente na Judeia, juntamente com o filho Tito. Os Flávios eram apoiados por outros centros militares localizados nas regiões da Síria (com guarnições comandadas por Gaio Licínio Muciano) e ao longo do Danúbio, na Europa Central. Tais apoios revelaram-se fundamentais para enfrentar a crise política e militar, sobretudo, e económica e social, por arrasto, que desde a morte de Nero, pelo menos, se tinha instalado no império. Como nota J. Nicols, um dos pontos fracos da administração de Nero, primeiro, e das tentativas de implementação de Galba, Otão e Vitélio, depois, foi precisamente a alienação da elite administrativa que criou uma lacuna nos apoios necessários aos príncipes em exercício ou potencialmente governantes¹⁰.

Com efeito, antes de se ter tornado imperador de Roma, Vespasiano exerceu outros cargos públicos, nomeadamente: pretor (40 d.C.), legado da legião II *Augusta* durante a invasão da Britânia sob o principado de Cláudio (ocasião em que angariou os ornamentos triunfais e dois sacerdócios), cônsul sufecto (51 d.C.) e procônsul da África (que era em 63 d.C.)¹¹. Em 66 d.C., Vespasiano acompanhou Nero à Grécia. Suetónio conta que foi nessa ocasião que, por ter adormecido durante uma das exposições artísticas do então *princeps*, Flávio Sabino Vespasiano teria caído em desgraça (Suet. *Ves.* 4.4). Mas algo mais haverá de ter estado por detrás desse processo, pois parece-nos fraca a justificação que Suetónio dá para o afastamento daquele que viria a inaugurar a segunda dinastia imperial. De qualquer modo, em 67 d.C., Nero voltou a atribuir funções políticas ao Flávio, entregando-lhe o comando das tropas encarregadas de dominar a rebelião que tinha eclodido no ano anterior na Judeia (J. *BJ* 3.3-4)¹².

⁸ Levick 1999 79.

⁹ Há que não esquecer a turbulência política vivida por Roma e pelos Romanos nesse ano de 69, justamente conhecido como o “Ano dos Quatro Imperadores”, em que os centros de poder se formavam à custa dos apoios militares e se distribuíam pelas várias regiões do império. Sobre esta questão, vide Brandão: capítulo anterior neste volume.

¹⁰ Nicols 2016 62-63.

¹¹ Levick 1999 23-42; Griffin 2000 2-3.

¹² Sobre a rebelião judaica, Rodrigues 2007 759-762.

Foi precisamente esta comissão ao serviço do principado que acabou por ser decisiva no processo de proclamação e de entronização de Vespasiano como imperador¹³. Foi a vez de Flávio Vespasiano encontrar apoio no exército romano estacionado no Oriente. Aparentemente, o primeiro candidato dessas tropas terá sido não Vespasiano, mas Gaio Licínio Muciano, então governador da Síria. Este, porém, terá recusado a honra que o exército lhe oferecia (Tac. *Hist.* 1.10). Por conseguinte, os legionários teriam depositado a sua confiança em Flávio Vespasiano.

Segundo os textos antigos, Flávio Vespasiano não terá aceitado o poder imperial de ânimo leve, chegando a invocar-se elementos tópicos para a descrição do processo de aceitação¹⁴. O general ter-se-á rodeado de apoios estratégicos de modo a garantir o êxito da sua proclamação. Entre esses apoios estavam o próprio filho de Vespasiano, Tito Flávio Vespasiano, assim como Gaio Licínio Muciano e Tibério Júlio Alexandre, o então prefeito do Egito, que era de origem judaica, e que foi o primeiro governador a autoproclamar-se pró-flávio (Tac. *Hist.* 2.79; Suet. *Ves.* 6). Com efeito, nas calendas de julho de 69 d.C., Tibério Júlio Alexandre reconheceu Flávio Vespasiano imperador, com o apoio das legiões estacionadas na Síria, no Egito e na Judeia, bem como com o das restantes províncias e reinos aliados do Oriente (angariados por Tito como resultado de um excelente golpe de diplomacia), e ainda o dos legados provinciais e líderes religiosos da Ásia e da Acaia¹⁵. O apoio de Júlio Alexandre revestia-se de um significado acrescido, visto que o controlo do Egito, fonte de abastecimento de cereal a Roma, era estrategicamente fundamental num processo desta natureza.

A forma de garantir o trono de modo efetivo passava por eliminar Aulo Vitélio, tarefa de que Gaio Licínio Muciano se encarregou, enquanto Vespasiano se refugiava em Alexandria, no Egito. Mais do que uma mera escolha idílica derivada das paisagens e do clima egípcio, a opção de Vespasiano por se refugiar no Egito traduz uma ação essencialmente política. Com efeito, uma vez em Alexandria, Vespasiano tinha precisamente a capacidade de controlar o abastecimento de trigo a Roma. Ao mesmo tempo, sob o comando de Marco António Primo, as legiões estacionadas nas regiões do Danúbio, e que antes haviam sido apoiantes de Otão e do próprio Vitélio, passaram-se para o lado de Vespasiano

¹³ Essa ação veio a acontecer depois de uma guerra civil em Roma, que, além de fragilizar o aparelho estatal e favorecer a rebelião dos povos entretanto dominados, resultou nas mortes de todos os anteriores candidatos (Galba, Otão e Vitélio) e levou Tácito a caracterizar o momento como um período “rico em desastres e terrível em batalhas” (Tac. *Hist.* 1.2) – assunto desenvolvido por Brandão no capítulo 4.

¹⁴ Referimo-nos, por exemplo, ao passo em que Suetónio refere que Cláudio se estaria escondido atrás de um reposteiro quando a guarda imperial o aclamou imperador, Suet. *Cl.* 10.1-2; vide ainda Rodrigues 2007 754-755.

¹⁵ Rodrigues 2007 757-758.

e avançaram sobre Roma. Estas defrontaram os apoiantes de Aulo Vitélio em Cremona, em 69 d.C., infligindo-lhes uma derrota decisiva¹⁶.

Em Roma, contudo, o processo não foi tão fácil. O irmão de Vespasiano, T. Flávio Sabino, tentou resolver a questão de forma diplomática, mas o então *praefectus urbis* teve de se refugiar juntamente com o sobrinho e filho mais novo de Vespasiano, Tito Flávio Domiciano, no Capitólio. A colina, porém, foi atacada em dezembro de 69 d.C. e Flávio Sabino acabou por sucumbir no ataque, enquanto Domiciano fugia. Dias depois, M. António Primo entrou em Roma e vingou a morte de Flávio Sabino, eliminando Aulo Vitélio, cujo corpo acabou por ser lançado ao Tibre. Antes da intervenção de António Primo, contudo, já o senado tinha proclamado Vespasiano imperador, entregando-lhe, e ao filho Tito Flávio Vespasiano, o consulado *in absentia* (Tac. *Hist.* 4.38, 51-52; D.C. 66.1.1)¹⁷.

Na sequência destes acontecimentos e depois de ter submetido praticamente todo o território judaico, com a exceção de Jerusalém, Vespasiano entregou o controlo da província oriental ao filho mais velho e viajou para Roma, onde o seu partido estava representado pelo filho mais novo e por Gaio Licínio Muciano.

Em setembro de 70 d.C., Vespasiano entrou em Roma como imperador. Ao fazê-lo, o Flávio dava início à segunda dinastia imperial ao mesmo tempo que assegurava a continuidade do regime político inaugurado por Augusto cerca de um século antes. O êxito da manutenção desse regime deve-se não apenas ao apoio militar que os Flávios obtiveram durante todo o processo, mas também ao facto de não ter existido então uma vontade de regressar ao regime republicano. A verdade é que durante o período de Augusto e dos príncipes júlio-cláudios criou-se uma elite político-económica, saída das aristocracias municipais itálicas e provinciais, cuja prosperidade, imanente à sua entrada na ordem equestre e, eventualmente, no senado, se devia essencialmente ao regime do Principado. Foram, pois, também os membros dessa elite que apoiaram a manutenção do regime, apesar da mudança de dinastia. Aliás, em boa verdade, o próprio Flávio Vespasiano era um dos representantes dessa mesma ordem social¹⁸. Assim, se por um lado a dinastia flávia significou a manutenção de um regime na mudança dinástica, por outro, ela traduz uma novidade socio-política, evidência de que o Principado continuava a evoluir e, com isso, a fazer História.

1.1 A legitimação do poder

Uma das consequências que a crise do sistema político romano nos anos 68-69 d.C. trouxe foi a percepção de que o governo do Império não estava vedado a

¹⁶ Levick 1999 50.

¹⁷ Jones 1984 81.

¹⁸ Castillo 1989 180.

indivíduos provenientes de outros espaços que não Roma. Aliás, o próprio Tácito se dá conta disso nas *Histórias* (Tac. *Hist.* 1.4.2). Esse facto mostra também que o regime do Principado estava ainda numa fase de ajustamento e de consolidação, depois do que o sistema implementado por Augusto tinha significado de novo para o Império. Outra novidade que deve ser assinalada é o facto de ter sido com os Flávios que uma dinastia imperial obedeceu a um regime efetivo e diretamente hereditário, pois só com estes imperadores o poder passou para os seus sucessores de forma legítima direta, i.e. de pai para filhos “naturais”, visto que, com Augusto e os Júlio-Cláudios, a transmissão do trono imperial se fez sempre ou de pai para filhos adotivos (os casos de Tibério e Nero) ou para familiares indiretos (os casos de Gaio e Cláudio). A este processo junta-se o facto de ter sido também durante o período flávio que as elites itálicas, e algumas províncias, participaram pela primeira vez de uma forma mais ativa no governo do império.

Como qualquer dinastia recém-empossada, Vespasiano teve também de lidar com a questão da legitimação do poder. O facto é que, ao contrário dos chamados Júlio-Cláudios, em que todos eram descendentes diretos ou indiretos de Augusto (um Júlio) e de Lívia (uma Cláudia), os Flávios traduziam uma rutura com a continuidade familiar e gentílica anterior, essa sim, inaugurada por Octávio Augusto. A legitimação do poder e do seu conseqüente exercício foi, por conseguinte, um aspeto da maior importância, com o qual os Flávios, Vespasiano em particular, tiveram de lidar.

J. Nicols enuncia esta problemática de uma forma bastante clara: de que modo garantiria Vespasiano a sua autoridade perante o exército e os militares? As estruturas urbanas e as províncias do império? E o senado e as elites intelectuais e económicas?¹⁹ Com efeito, eram estes os três pilares perante os quais Vespasiano teria de se afirmar se queria manter-se no poder e governar com eficácia.

Assim, a primeira preocupação do partido flaviano, especialmente de Flávio Vespasiano, depois dos confrontos fratricidas entre os exércitos romanos, foi a reconciliação das forças em confronto. Dificilmente Vespasiano se conseguiria afirmar como príncipe em Roma se não terminasse de vez com o clima de guerra civil que então se vivia. Tácito fornece um bom testemunho de como o processo decorreu através do discurso atribuído a Quinto Petílio Cereal (possivelmente genro de Vespasiano pelo seu casamento com Domitila Menor), através do qual, na região do Reno, o general romano salienta os benefícios da administração romana (*Hist.* 4.73-74). O objetivo central do discurso parece ser a promoção da unidade e da reconciliação, as quais eram de facto uma prioridade para alcançar a estabilidade governativa. Para isso, contribuiu também uma política de apaziguamento que evitou castigar com a pena capital os oficiais e comandantes das fações opostas e derrotadas, de modo a transmitir o tão desejado sentimento de reconciliação. Simultaneamente, fez-se um esforço para aumentar o pagamento dos legionários, de modo a consolidar o seu

¹⁹ Nicols 2016 63.

apoio e a evitar a secessão. A este propósito, B. Levick escreve pertinentemente sobre a existência de um equilíbrio entre esperança e medo que se teria instalado entre as camadas militares neste período, mas que parece ter funcionado para bem da nova dinastia²⁰. Há também que não esquecer que Vespasiano tinha uma forte experiência militar o que lhe proporcionou armas suplementares, especialmente ao nível da psicologia social, para lidar com a situação.

No processo de instituição da nova dinastia, salienta-se, por conseguinte, a necessidade de assegurar a *auctoritas*. Suetónio nota que esse terá sido um dos principais problemas com que Vespasiano deparou com a acessão imperial (Suet. *Ves.* 7.2). É verosímil que a célebre *lex rogata* conhecida como *lex de imperio Vespasiani* tenha consistido numa atribuição de poderes específicos ou extraordinários ao novo imperador (*CIL* 6.930²¹), mas o facto é que os investigadores também têm discutido se as *leges de imperio* não seriam votadas pelo senado sempre que um novo imperador acedia ao trono, com o objetivo de ratificar os poderes constitucionais do príncipe, nomeadamente o poder de *imperium* e a *tribunicia potestas* (cf. *Dig.* 40.1.14.1). Se assim for, a *lex de imperio Vespasiani* não seria mais do que o cumprimento de uma rotina política instituída com Augusto. Assim sendo, não é de ignorar a hipótese de Vespasiano ter acabado por legitimar o seu poder com base no apoio militar e, por conseguinte, senatorial, sem necessidade de uma constituição específica para tal. A questão, contudo, permanece em aberto²².

No processo de legitimação do imperador, há, contudo, uma outra questão que merece a nossa atenção particular. Trata-se da literatura e das tradições de cariz messiânico entretanto associadas a Vespasiano. As fontes referem uma tradição que correria então pelo Império e que assegurava que o vindouro governador do mundo sairia da Judeia. Alguns desses textos dariam justificação ao facto de os Judeus terem matado o governador romano da Síria no tempo de Nero. No entanto, não devemos desconsiderar a hipótese de a morte daquele ter na verdade sido um ato de insurreição e rebelião por parte de Judeus, essencialmente afetos aos que conhecemos como sicários e zelotas, a que se terá vindo a juntar posteriormente a justificação político-messiânica. A profecia seria assim, naturalmente, feita *a posteriori*. Seja como for, na sequência do assassinio do governador da Judeia, o da Síria interveio, mas essa intervenção não foi suficiente, forçando o imperador a enviar reforços para a região. O apoio concretizou-se precisamente na comissão de Vespasiano em 67 d.C., que se fez acompanhar de duas legiões (Suet. *Ves.* 4.5-6; Tac. *Hist.* 1.10). Estas viriam a ser fulcrais, dois anos mais tarde, para a proclamação do Flávio como imperador. De igual modo, parece que o partido flávio veio a rentabilizar também a mesma

²⁰ Levick 1999 107-116.

²¹ Vide e.g. Gaudemet 2002 289-290.

²² Brunt 1977.

tradição que dava conta de que o futuro governo do mundo emergiria da Judeia. Pelo menos, a tradição historiográfica posterior fê-lo. A literatura greco-romana veio a preencher esse espaço messiânico com a figura do próprio Vespasiano. Alguns Judeus, porém, reagiram, recusando esta proposta e apostando no anúncio de um regresso apocalíptico de Nero²³.

É também neste ponto que entronca a questão de Josefo. O judeu José ben Matias ter-se-á rendido nessa ocasião àquele que veio a ser imperador de Roma. Um dos primeiros confrontos das tropas comandadas por Vespasiano na Judeia ocorreu em 67 d.C., em Jotapata, fortificação em que se havia refugiado um grupo significativo de Judeus revoltosos. Segundo conta o próprio Josefo, este ter-se-ia dirigido para a cidade fortificada com o objetivo de levantar o moral dos sitiados. Ao fim de um longo cerco, com vicissitudes várias (como o ferimento do próprio Vespasiano, o processo de suicídio em massa dos sitiados e o balanço de mais de quarenta mil mortos), a fortaleza acabou por cair nas mãos dos romanos. Josefo, contudo, escapou ao massacre e aparece nos textos já ao lado dos romanos, a cujos generais, Vespasiano e Tito, profetiza um futuro político brilhante como imperadores. Isso valeu-lhe uma generosa recompensa, que consistiu em benesses como a cidadania romana e um lugar de destaque na corte imperial (J. *BJ* 3.399-401)²⁴. Aquele que viria a ser um dos historiadores oficiais dos Flávios autoapresenta-se como emissário da Providência divina, que o teria enviado a comunicar aos futuros patronos qual viria a ser o destino deles. O passo inscreve-se, portanto, no contexto antes referido. E não deixa de ser interessante que, num contexto profético sobre a acessão dos Flávios à púrpura imperial, Suetónio confirme as palavras do historiador judeu (Suet. *Vés.* 5.6), o que muito provavelmente denuncia que a obra de Josefo poderá ter sido uma das suas fontes ou que a história messiânica em torno de Vespasiano se teria tornado proverbial em setores estratégicos da sociedade romana (Suet. *Vés.* 5). Seja como for, o aproveitamento propagandístico do episódio parece-nos evidente²⁵.

Por fim, associadas a este processo, se não no tempo do próprio imperador, em fase já posterior, difundiram-se também várias ideias que tinham como ponto comum o carácter sotérico e até taumatúrgico de Vespasiano (D.C. 65.8-9). A estas correntes dificilmente terão sido estranhos o contexto judaico e a relação que o flávio teve com esse povo e o seu território. Acresce que o tempo dos Flávios é também o tempo da emergência do cristianismo como religião, a que as categorias enunciadas não são alheias, e conseqüente processo de separatismo relativamente ao judaísmo. Devemos, aliás, entender neste quadro uma

²³ Esta é uma questão pertinente e com bastante bibliografia associada. Vide Hadas-Lebel 1990 118-121; Levick 1999 145; Rodrigues 2007 766 e fontes e bibliografia aí citadas.

²⁴ Sobre a relação de Josefo com os Flávios, vide e.g. Rodrigues 2007 771-781.

²⁵ Suetónio refere inclusive uma consulta oracular no Monte Carmelo e uma tradição talmúdica recupera o episódio referido quer por Josefo quer por Suetónio; vide ainda D.C. 65.1.4; e Rodrigues 2007 773-775; Saulnier 1989 1991.

criação literária tardo-medieval, de essência antijudaica, conhecida como *História do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma*, impressa em Lisboa em 1492 e que, basicamente, faz do imperador flávio um convertido ao cristianismo por intermédio de uma figura da tradição cristã, a Verónica, e, simultaneamente, um braço armado de Deus contra os Judeus²⁶.

Mas se, parte desse soterismo/messianismo se vislumbra numa clara associação ao universo semítico, é também inegável, como enunciámos, que existem vestígios de uma agenda ideológica semelhante nas fontes greco-latinas sem, pelo menos aparente, relação direta com a questão judaico-cristã. Em Suetónio (*Ves.* 25) e em Díon Cássio (65.12), por exemplo, lemos que, baseado no seu horóscopo, Vespasiano teria afirmado que os seus filhos deveriam ser os seus sucessores; caso contrário, ninguém lhe sucederia²⁷. Numa primeira leitura, esta afirmação parece ser, naturalmente, uma daquelas interpolações posteriores ao imperador, de modo a valorizá-lo ou, até, a legitimar os seus sucessores. Assim sendo, não teria sido Vespasiano o autor de tal afirmação, mas um zeloso cronista ou historiador que lhe terá sobrevivido ou vivido depois dele. No entanto, no seguimento de interpretações como a apresentada por M. P. Charlesworth²⁸, não é de desprezar a proposta que entende esta afirmação não num sentido soteriológico ou messiânico, mas essencialmente político e pragmático (sem prejuízo do facto de as soteriologias e os messianismos serem essencialmente políticos, naturalmente). Assim, o que Vespasiano pretenderia dizer era que ou a dinastia flávia se manteria ou a anarquia se instalaria rapidamente em Roma. Por conseguinte, torna-se verosímil que tenha sido o próprio imperador a fazer tal afirmação, a qual será ao mesmo tempo sintoma da sua lucidez política²⁹.

1.2 A ação política de Vespasiano

Vespasiano parece ter sempre tido noção da importância do senado na estrutura socio-política romana. É nesse sentido que as fontes apontam, ao sugerirem que, da parte do novo imperador, terá sempre havido uma predisposição para as boas relações com aquele órgão constitucional. Para isso, Vespasiano terá recolocado a instituição numa posição de prestígio (e.g. *Suet. Ves.* 9.2), procurando recuperar uma linha política que tinha sido inaugurada com Augusto, e feito uso da sua função como *ensor*, manipulando as listas senatoriais e introduzindo novos membros, naquele organismo. Estes, provenientes da ordem

²⁶ Machado 2007; Martins 1956.

²⁷ “Todos concordam que ele tinha tanta confiança no que se dizia em torno do seu nascimento e no dos seus filhos, que depois de tantas conspirações contra si chegou a afirmar perante o senado que ou os seus filhos lhe sucederiam ou não lhe sucederia ninguém” (*Suet. Ves.* 25).

²⁸ Charlesworth 1936 6.

²⁹ Sobre esta problemática, vide Schalit 1975.

equestre e das elites e oligarquias municipais de Itália e de algumas províncias (Gália, Hispânia, Egito), eram indivíduos essencialmente afetos ao imperador, criando assim uma rede clientelar que, evidentemente, contribuiu para fazer do senado um órgão de apoio à governação flávia e não de oposição. Paralelamente, o imperador apoia-se nos *equites*, o que se manifesta também nas nomeações que Vespasiano faz para a administração imperial.

Já o contrário parece não ter sido regra. Isto é, nem sempre os senadores foram fervorosos apoiantes de Vespasiano ou dos Flávios. Isso deverá explicar, aliás, o facto de alguns senadores, como membros de outros grupos, terem sido perseguidos sob este imperador. Tal deverá ter sido o caso de Helvídio Prisco, por exemplo, genro do malogrado Trásea Peto (Suet. *Vés.* 15; cf. Tac. *Ann.* 16.21).

Naturalmente, a atenção do novo imperador também se focou na organização militar do Império. Logo em 69 d.C., houve a preocupação de reduzir os membros da guarda pretoriana, cujo número de efetivos havia sido particularmente inflacionado sob o curto governo de Vitélio. Vespasiano reduziu a quantidade de pretorianos para os valores que essa guarda de elite conhecera no tempo de Augusto, recrutando os homens que viriam a exercer essas funções nas regiões itálicas e nas províncias mais romanizadas, como a Hispânia e a Gália³⁰. Um dos objetivos desta medida foi neutralizar as pressões militares, evitando que o exército governasse ou que conseguisse manter algum tipo de controlo sobre o poder político através de si ou de qualquer outro no seu lugar. Na verdade, com esta medida, Vespasiano conseguiu reintroduzir uma forte hierarquia militar, colocando no topo homens da sua absoluta confiança política, concordes em submeter o poder militar ao poder político. Além disso, o imperador nomeou o filho Tito prefeito do pretório, passando este a ser o único homem a desempenhar essa função³¹.

Já a administração militar de Vespasiano pôs em prática um aumento das unidades auxiliares, de forma a garantir a estabilidade política a elas associada. Sob Flávio Vespasiano, as legiões ascenderam, portanto, ao número de 29³². Com a exceção das legiões VII *Gemina*, que se manteve estacionada na Hispânia, da X *Fretensis*, instalada na Judeia, e da III *Augusta*, em África, todas as forças militares se concentraram em zonas fronteiriças, criando assim o que alguns autores chamam de “*limes* fortificado”³³. Esta política era, portanto, uma inovação relativamente ao que se verificara com os Júlio-Cláudios, que haviam apostado num sistema de Estados-tampão, estrategicamente colocados entre os

³⁰ Levick 1999 152-155.

³¹ Jones 1984 84-85.

³² Castillo 1989 185. Como nota este autor, Vespasiano suprimiu quatro legiões renanas, por terem sido derrotadas ou se terem aliado a Júlio Civil: I *Germanica*, IV *Macedonica*, XV *Primigenia* e XVI *Gallica*; manteve as duas criadas por Nero e a que Galba formou na Hispânia: I *Italica* e I *Adiutrix* e VII *Gemina*; e criou ainda três novas: II *Adiutrix*, IV *Flauia Felix* e XVI *Flauia Firma*.

³³ E.g. Castillo 1989 185; Dart 2016.

limites do Império e os chamados territórios bárbaros. Naturalmente, esta opção política teve também como consequência um relativo desinvestimento no povoamento e controlo militar das regiões do interior, o que só deverá ter sido possível depois de assegurada uma paz generalizada.

Uma das exceções foi precisamente a Judeia, o que deverá justificar a manutenção da legião X *Fretensis* nessa região. Mas houve mais casos. Há que referir três focos de conturbação política no tempo de Vespasiano, além do bem conhecido caso judaico. O primeiro desses focos é o do reino do Ponto, onde, na sequência da incumbência de governar que Roma recebeu como herança, em 63 d.C., após a morte do rei Pólemon II, espoletou uma rebelião independentista, liderada por um liberto de nome Aniceto, que controlava a costa meridional do Mar Negro. Além de representar uma ameaça ao domínio imperial e à unidade do território governado por Roma, o movimento encabeçado por Aniceto punha também em perigo as rotas comerciais que passavam pela região pônica, nomeadamente o comércio de cereais, cuja importância não devia jamais ser mitigada. Por conseguinte, Vespasiano apressou-se a tratar de esmagar a rebelião de Aniceto e a reassegurar o controlo do território por parte de Roma³⁴.

O segundo foco de conturbação militar foi o do reino dos Partos. Apesar de Vespasiano ter tentado manter a política de neutralidade em relação a esse território, o facto é que o processo não se revelou de fácil concretização. O problema, porém, era de vital importância, até porque da estabilidade na região dependia também a segurança da fronteira oriental do Império. Vologeso I ainda atacou as guarnições romanas instaladas na Síria, mas o exército comandado pelo *legatus* Marco Úlpio Trajano, pai do futuro imperador Trajano, acabou por conter os ataques. Na sequência dessas investidas, Vespasiano decidiu reforçar as fronteiras da região, anexando a Arménia Menor e Comagene, aumentando desse modo a zona de influência romana no território e transformando o Eufrates no *limes* natural do Império relativamente aos Partos. Deste modo, também, Vespasiano não abdicou em absoluto da política de criação de Estados-tampão, por reconhecer a sua eficácia em alguns casos. Aparentemente, este seria um deles. Na sequência da reorganização administrativa de toda a região, Vespasiano criou a província da Cilícia, que passou a incluir a Capadócia, a Galácia, a Lícia e a Panfília³⁵.

O terceiro foco de distúrbios militares foi a Germânia e a região do Danúbio. Estes confrontos, porém, radicaram mais nas rebeliões militares romanas de 69 d.C. do que propriamente em problemas autonomistas ou independentistas, como de certo modo podemos caracterizar as causas judaica e pônica da mesma época. Ainda assim, isso não significa que não se tenham verificado então movimentos separatistas que tiveram o apoio das elites militares locais, como parece ter sido a proclamação do *imperium Galliarum*. As posições extremadas

³⁴ Levick 1999 115, 167.

³⁵ Levick 1999 152-169.

nessa ocasião, porém, não foram unânimes, pelo que estas tentativas de secessão acabaram votadas ao desaire. O genro de Vespasiano, Quinto Petílio Cereal, foi o general romano encarregado de neutralizar esses movimentos ao comando de oito legiões, o que conseguiu com o arrependimento de alguns dos insurretos e a derrota de outros. Aparentemente, em 70 d.C., tudo estava sob controle³⁶.

Relativamente às linhas marítimas, há que salientar a manutenção das froas adriáticas, sendo claro o objetivo de assegurar as rotas de abastecimento de trigo proveniente do norte de África a Itália e, em particular, a Roma. O progressivo aumento da importância das *classes Siriaca e Pontica*, contudo, permite-nos pensar que as rotas de abastecimento provenientes do Oriente e do Mar Negro deverão ter ganhado significado nesse mesmo período, até pelo contexto gerado pelos conflitos pântico e pártico, acima mencionados³⁷.

As medidas que Vespasiano tomou para travar o crescimento de *latifundia* parecem vir na sequência da necessidade de evitar a concentração de propriedade nas mãos de uma elite económica que se visse depois capaz de criar monopólios e, desse modo, controlar preços de bens essenciais. Com efeito, a *lex Manciana* é essencialmente uma tentativa de proteção dos pequenos proprietários agrícolas³⁸. Por outro lado, o *princeps* flávio parece ter favorecido alguns dos territórios provinciais com projetos de urbanização e a promoção do estatuto jurídico de algumas cidades. Como foi já notado por alguns historiadores, este último aspeto parece ter sido dirigido sobretudo para cidades da parte ocidental do Império, a cujos municípios outorgou o estatuto de cidadania. Desse modo, Vespasiano integrou no sistema jurídico romano parte das elites locais e indígenas³⁹. Plínio-o-Velho afirma, e.g., que o príncipe teria promulgado um *edictum* através do qual concedeu o direito latino a toda a Península Ibérica (*Nat.* 3.3.30⁴⁰). Por detrás destas medidas não deverá ter sido estranha a necessidade de angariar apoios para a continuidade dos Flávios no poder.

Um outro problema com o qual Vespasiano deparou assim que assumiu a cadeira curul foi o das finanças públicas. Com efeito, sob Nero, o Estado romano tinha entrado praticamente na bancarrota e, com os confrontos que opuseram os vários candidatos ao poder no ano 69 d.C., o *deficit* aumentou consideravelmente, pelo queurgia tomar medidas drásticas nesse domínio. E a verdade é que a imagem de Vespasiano viria a ficar definitivamente marcada por essa faceta da sua administração.

Uma das primeiras medidas do novo imperador foi controlar os gastos da casa imperial, não só porque com isso dava o exemplo, naturalmente, mas também

³⁶ Levick 1999 108-111.

³⁷ Dart 2016 211, 219-220.

³⁸ Levick 1999 100-101.

³⁹ Levick 1999 134-151.

⁴⁰ “Apesar de sacudido por tormentas, o imperador Vespasiano Augusto atribuiu o direito latino a toda a Hispânia.”

porque essa fora, desde os Júlio-Cláudios, uma das principais fontes de despesa do Estado. As leis sumptuárias de César e de Augusto, as *leges Iuliae sumptuariae* de 46 e de 18 a.C., denunciavam na ocasião uma necessidade contenção de gastos do erário público que, ao que parece, não terá sido particularmente observada sob os principados que lhe sucederam, muito em particular no tempo de Nero. Vespasiano teve de regressar ao espírito de contenção.

Não é impossível que esta nova filosofia económica se tenha manifestado inclusive ao nível da moda. Com efeito, o período flávio é conhecido pelos historiadores da arte e pelos arqueólogos como particularmente expressivo ao nível dos retratos femininos, sobretudo no que diz respeito aos penteados. É deste período que, por norma, são datados os bustos e retratos de mulheres que exibem o chamado penteado com topete ou em “ninho de vespa”⁴¹. Mulheres da casa imperial, como Domícia Longina ou Júlia *Titi*, aparecem representadas com os cabelos penteados dessa forma. Uma das mais célebres obras de arte desse período, o conhecido Busto Fonseca, é mesmo considerado emblemático quer para a História da Arte Romana em geral, quer para o período flávio em particular⁴². Vários trabalhos começaram por associar esta moda a um estilo de vida ocioso, frívolo e sobretudo luxuoso, ainda que usado apenas em ocasiões formais e oficiais. Esta conceção, porém, espoletou alguns problemas aos historiadores, uma vez que o período flávio é precisamente conhecido pela austeridade e pelo regime conservador, impostos e assumidos pela casa imperial. Aqueles teriam sido em parte derivados da política de censura então em voga, em parte reação ao estilo entendido como “decadente” que se teria difundido nos últimos anos dos Júlio-Cláudios. De facto, a mensagem que subjaz à política atribuída a Vespasiano não se coaduna com a alegada imagem de luxo transmitida pelos penteados em topete, em especial quando interpretados em representações de mulheres que na sociedade em causa deveriam constituir autênticos *exempla* de comportamento⁴³.

Contudo, como assinalaram recentemente investigadores como E. D’Ambra e E. Bartman, elaborar um penteado com uma grinalda de caracóis, em várias filas, sobrepostas na testa, e prender um carrapito com trança na parte posterior da cabeça exigia tempo, disponibilidade e mão-de-obra relativamente especializada; mas eventualmente pouco ou nenhum recurso extraordinário ou desperdício que se pudesse definir como luxo⁴⁴. Com efeito, se analisarmos bem a questão,

⁴¹ Rodrigues (no prelo).

⁴² Busto que representa uma dama do período flávio e que foi propriedade do português D. José Maria Ribeiro da Fonseca de Évora, bispo do Porto e embaixador de D. João V em Roma, que teria comprado a escultura na cidade italiana e depois oferecido ao papa Bento XIV, em 1740, para o espólio do Museu Capitolino. Sobre esse processo, ver Marlowe 2013 1622. Não raramente, a figura representada pelo busto é identificada como sendo Júlia *Titi*. Todavia, não há qualquer fundamento para essa identificação.

⁴³ Abbema 2016.

⁴⁴ D’Ambra 2013; Bartman 2001 1-2, 8.

o mais provável é que as coroas de caracóis usadas por estas senhoras tivessem como objetivo substituir, através da ilusão, a aplicação de joias, como diademas e coroas de metais e pedras preciosas, que, essas sim, seriam sintoma de gasto e de efetivo luxo⁴⁵. Levando em conta o contexto político-económico da época, a hipótese parece-nos não só verosímil, como uma evidência da política de austeridade de Vespasiano.

Para atingir o reequilíbrio das contas públicas, Vespasiano começou por revogar isenções, como as que Nero havia concedido a algumas cidades gregas e Galba havia atribuído às províncias da Gália e da Hispânia. Depois, veio o inevitável aumento de impostos, diretos e indiretos, como as taxas aduaneiras. São dois os casos recorrentemente citados como exemplos dos impostos criados durante o principado de Vespasiano e que mostram bem a necessidade de reinventar formas de aumentar o rendimento do Estado. Referimo-nos, claro, ao *fiscus Iudaicus* e ao *uctigal urinae*. Mais do que do impacte que estas medidas terão tido no tesouro público romano, a fama destas duas propostas para diminuir o *deficit* orçamental deverá advir do seu carácter extraordinário e ao mesmo tempo inusitado.

O *fiscus Iudaicus* consistia numa taxa cobrada aos Judeus e que se compreende no contexto político imperial de então, nomeadamente da neutralização da revolta judaica e consequente destruição do templo de Jerusalém em 70 d.C. Antes da destruição do templo, todos Judeus que habitavam no *limes* imperial romano estavam obrigados a pagar anualmente a Javé um tributo de duas dracmas. Depois da destruição, o tributo passou a reverter para o templo de Júpiter Capitolino, o que foi particularmente ofensivo para os Judeus. O impacte que o judaísmo veio a ter na História tornou o *fiscus Iudaicus* particularmente célebre; no entanto, esta não foi a única taxa de natureza “étnica”, digamos assim, criada por Vespasiano. Com efeito, o imperador flávio criou também na mesma ocasião o *fiscus Alexandrinus*, que deveria estar relacionado com o abastecimento de trigo a Roma, e o *fiscus Asiaticus*, que, tal como a taxa alexandrina, estava relacionado com o *aerarium populi Romanorum*⁴⁶.

Quanto ao *uctigal urinae*, trata-se, basicamente, de uma taxa aplicada à urina. Dito desta forma, poderá parecer que um imposto desta natureza seria, no mínimo, patético, fazendo dele um instrumento de arremesso fácil à figura e ação política de Vespasiano. Suetónio dá conta dessa instrumentalização ao contar como Tito teria ficado indignado com a medida tomada pelo pai, reprimendo-o por isso. Num ato teatral, porém, Vespasiano teria posto uma moeda proveniente desse imposto junto ao nariz do filho, perguntando-lhe se

⁴⁵ Ideia desenvolvida por D’Ambra 2013 523-524. No caso das figuras imperiais, poderia ser acrescentado um diadema de facto ao penteado, com o objetivo de as dignificar no seu estatuto imperial.

⁴⁶ Heemstra 2010 11-12; Levick 1999 98-99, 101.

o cheiro o incomodava. Perante a resposta negativa de Tito, Vespasiano teria replicado: “Pois provém da urina” (Suet. *Ves.* 23.3)⁴⁷.

O *uctigal urinae*, no entanto, foi sobretudo a demonstração do espírito pragmático do *princeps*, bem como do seu sentido de administração pública. Com efeito, o que passou a pagar-se foi não propriamente um imposto sobre a urina, mas sim sobre as ânforas que eram colocadas nas esquinas das ruas da cidade e que tinham como objetivo recolher os fluídos humanos que eram depois utilizados pelos curtidores no trabalho dos curtumes⁴⁸. Deste modo, o imperador conseguiu não só uma forma de assegurar a manutenção da recolha dessa matéria-prima, como obteve um imposto indireto sobre o rendimento dos curtidores e, portanto, uma mais-valia para o Estado.

O novo imperador determinou ainda que fossem restituídas ao Estado as propriedades públicas que haviam sido transferidas para mãos privadas. Para isso, Vespasiano ordenou que se cadastrasse o *ager publicus*. Ao mesmo tempo, reformou a administração das propriedades estatais, tanto dos *latifundia* imperiais como de outras possessões, como minas. As da Lusitânia não deverão ter sido exceção⁴⁹.

No seu conjunto, estas reformas implicaram uma substituição, em alguns casos radical, dos *procuratores* imperiais assim como dos *conductores* ou arrendatários do Estado, de modo a garantir e assegurar um controlo efetivo desses rendimentos.

Importa salientar que, no seu conjunto, as medidas de Vespasiano tiveram um êxito significativo, contribuindo de forma eficaz para a recuperação económica do Estado. Mas, como notou A. del Castillo, há que não esquecer que a paz que o *princeps* impôs no império foi também determinante para esse restabelecimento da economia⁵⁰. Sem guerras ativas e rebeliões particularmente significativas e com as ameaças fronteiriças contidas, Britânia incluída, os gastos estatais estavam mais controlados e nem os pagamentos que a lealdade dos legionários e dos pretorianos exigiu do imperador foram suficientes para evitar o reequilíbrio financeiro.

Eventualmente, terá sido esta política que permitiu a Vespasiano investir na sua imagem pública, o que, para um estadista do seu tempo, não significava pouco em termos de afirmação política e de exercício do poder.

⁴⁷ Díon Cássio refere-se ao mesmo episódio, contando que o imperador teria colocado moedas provenientes do imposto frente ao filho e ter-lhe-ia dito que não deitavam qualquer cheiro. O texto grego reza εἴ τι ὀζούσιν (*ei ti ozousin*); mas a expressão que se tornou proverbial foi uma versão latina, *non olet* (cf. D.C. 65.14).

⁴⁸ Na ausência de possibilidade de sintetizar ureia de modo químico-artificial, a urina era no período romano uma fonte deste sal. Quando armazenada durante longos períodos, a ureia transforma-se em amónia ou amoníaco. A sua aplicação a peles e couros era, portanto, de grande utilidade para o tratamento dos curtumes.

⁴⁹ Levick 1999 100-101.

⁵⁰ Castillo 1989 185.

1.2.1 As obras públicas de Vespasiano

Apanágio dos estadistas romanos, as empresas de obras públicas tinham naturalmente um objetivo de serviço público, mas não deixavam de ter também uma função eminentemente política, pela forma como contribuíam para a construção da imagem de quem a promovia, como tão bem demonstrou P. Zanker⁵¹. Não raramente, aliás, as obras públicas andavam associadas a práticas de evergetismo, fenómeno particularmente estudado por P. Veyne⁵².

Vespasiano não parece ter escapado a esta regra. A construção do foro que acabou associado ao seu nome é disso exemplo. Mas este não é caso único. A ele deve juntar-se a reconstrução de parte do Teatro de Marcelo (Suet. *Vés.* 19), a intervenção no templo dedicado a Cláudio, a renovação da estátua colossal que havia sido antes dedicada a Nero na *Domus Aurea* e, claro, o restauro do Capitólio, que tinha sido particularmente danificado durante o conflito de 69 d.C. (Suet. *Vés.* 8.5).

Algumas das cidades da Ásia Menor também deverão ter assimilado parte das receitas estatais ao terem sido incluídas em projetos de restauro e reconstrução, na sequência de abalos sísmicos que atingiram a região nos tempos de Nero e do próprio Vespasiano (Suet. *Vés.* 17). Além destes gastos extraordinários, a administração vespasiana assumiu a continuidade de políticas de investimento em infraestruturas dentro do *limes* imperial, continuando a construção de vias e até de fortificação de zonas fronteiriças.

A maior das empresas, porém, deverá ter sido a edificação do Anfiteatro Flávio no mesmo lugar em que, no tempo de Nero, se localizava a *Domus Aurea*. Note-se aqui o contraste que terá tido um impacte significativo na época: enquanto a grande obra de Nero tinha sido o seu palácio, a Casa Dourada, algo do foro privado, a de Vespasiano era uma enorme estrutura para usufruto da população – um anfiteatro bem no centro de Roma⁵³. A edificação do anfiteatro, com capacidade para 45-50 mil espectadores, foi ordenada por Vespasiano, mas o edifício foi concluído apenas durante o governo do seu filho. Não será demais recordar, porém, o contributo que os espólios trazidos das campanhas orientais deverão ter dado para estes projetos. Efetivamente, temos indícios de que esta infraestrutura foi financiada com o espólio judaico de 70 d.C. Uma inscrição de bronze, colocada na arquitrave do edifício e substituída já no século V d.C., referia-o⁵⁴.

É provável que o saque judaico tenha igualmente sido utilizado para a construção de um templo novo, o *Templum Pacis*, erguido para comemorar a vitória sobre os Judeus e exaltar a paz assim imposta. Este templo foi inaugurado em 75 d.C., localizando-se no antigo *macellum* de Augusto, entre a Basílica

⁵¹ Zanker 2008.

⁵² Veyne 1995.

⁵³ Alston 1998 176; Gunderson 2003.

⁵⁴ Rodrigues 2007 768, onde se pode ler o que diz a inscrição, e bibliografia aí citada.

Emília e o Argileto, bairro que se situava perto do Palatino. O novo templo terá recebido tesouros de Jerusalém, além de outros (J. *BJ* 7.158-162)⁵⁵.

2. *Titus Flavius Vespasianus* (79-81 d.C.)

Como vimos, quando Vespasiano se viu forçado a abandonar a Judeia sem ter assegurado o controlo de Jerusalém, de modo a concentrar esforços na conquista da púrpura imperial, coube ao seu filho Tito dirigir as operações (J. *BJ* 4.62-365). O facto é que a cidade foi tomada apenas em setembro de 70 d.C., na sequência de um cerco que durou cinco meses. Tomada e incendiada, Jerusalém foi praticamente destruída, incluindo o templo de Javé, que havia sido restaurado por Herodes-o-Grande no século I a.C. A resistência judaica durou ainda alguns anos, terminando apenas em Masada, em 74 d.C.⁵⁶ Para os Judeus, os acontecimentos que culminaram na destruição do templo, no cerco de Masada e em mais uma diáspora forçada e massiva foram dramáticos.

Mas, tal como Vespasiano, foi com esse processo que Tito granjeou todo o carisma militar e político de que necessitava para legitimar a sucessão do seu pai no trono imperial. A edificação do chamado *Arcus Titi*, ao cimo da Via Sacra, em Roma, entre 82 e 83 d.C., já no tempo de Domiciano, é um dos testemunhos da importância desse acontecimento na carreira política de Tito. Outro testemunho assenta na descrição que Josefo faz do desfile triunfal que Vespasiano e o filho mais velho fizeram em Roma, na companhia do filho e irmão mais novo, Domiciano, no Verão de 71 d.C., para celebrar em forma de propaganda a conquista de Jerusalém e a derrota dos Judeus (J. *BJ* 7.118-152). É possível que os medalhões com relevos no interior do Arco de Tito evoquem a forma como o desfile terá então decorrido em Roma⁵⁷. Podemos citar ainda um terceiro exemplo que nos parece pertinente neste contexto: trata-se de um sestércio, cunhado em 71 d.C., sob Vespasiano, portanto, que pretende celebrar a derrota dos Judeus, representando Tito em traje militar enquanto fita uma mulher que chora, sentada junto a uma palmeira. A mulher simboliza a Judeia, o que uma legenda confirma: *Iudaea capta, s.c.* (“A Judeia aprisionada, decreto do senado”)⁵⁸.

⁵⁵ Rodrigues 2007 769. Sobre o principado de Vespasiano, vide ainda Homo 1949; Levick 1999; Griffin 2000 146 e Nicols 2016.

⁵⁶ Na sequência da destruição do templo de Jerusalém, Vespasiano ordenou também o encerramento do templo judaico de Onias. Este era o único templo judaico fora da Judeia, construído pela comunidade de judeus de Leontópolis e que, neste contexto, emergia como ameaça de se tornar um foco de resistência a Roma, organizada sobretudo por sicários e zelotas. Com efeito, os focos de revolta não terminaram repentinamente com a destruição de Jerusalém. Sobre esta questão, vide Rodrigues 2007 765-780.

⁵⁷ Rodrigues 2007 766-767, 769-770.

⁵⁸ Rodrigues 2007 786.

Foi, pois, a este património carismático entretanto angariado que, em parte, Tito apelou quando, na sequência da morte do pai em junho de 79 d.C.⁵⁹, subiu ao trono imperial de Roma. Tito, contudo, não era politicamente inexperienced. O pai tinha-o nomeado *princeps iuuentutis* logo em 69 d.C., o que fazia dele “o primeiro dos jovens de Roma” e, ao mesmo tempo, *particeps imperii*, uma espécie de corregente, como mostra o facto de ter chegado a redigir éditos ou lido discursos no senado em nome do próprio pai (Suet. *Tit.* 6.1)⁶⁰. Além dessa função, Tito Flávio Vespasiano exerceu ainda os cargos de cônsul com o pai, por sete vezes (em 70, 71, 73, 74, 76, 77 e 79 d.C.) – o que aponta para o projeto de instituir uma dinastia –, e de censor, em 73 d.C. A partir de 70 d.C., Tito usufruiu da *tribunicia potestas*, além de ter sido prefeito do pretório em 71 d.C., o que, segundo Suetónio, teria sido uma novidade constitucional, visto que até Tito nenhum indivíduo que não fosse unicamente um *eques* teria exercido esse cargo (Suet. *Tit.* 6).

É também Suetónio que afirma que, durante o exercício da prefeitura do pretório, Tito Flávio foi particularmente agressivo e cruel nos seus comportamentos (“mostrou-se duro e violento”, *Tit.* 6.1). As fontes não dão conta de que Tito tivesse mantido esse tipo de atitudes durante o exercício do principado, mas o facto é que este *princeps* apenas governou dois anos, pelo que há uma grande probabilidade de não ter havido tempo para que ele se revelasse de outra forma. Recordamos que Suetónio afirma que poucos príncipes deveriam ter chegado ao trono com tantos a odiá-lo como Tito (Suet. *Tit.* 6.2) e, segundo Josefo, depois da conquista de Jerusalém, o príncipe condenou à arena mais de dois mil e quinhentos prisioneiros judeus para celebrar o aniversário de Domiciano (J. *BJ* 6.418-419; 7.23-24, 37-40). De qualquer modo, estas são opções que também devem ser entendidas no contexto socio-político e mental da época.

No entanto, a maioria das notícias que nos chegam parece dizer respeito apenas ao que frequentemente se chama “estado de graça” de um governante. Os textos referem-se à atenção que prestou aos interesses das camadas populares de Roma, parecendo ter havido a preocupação de alimentar e satisfazer ânimos com demonstrações públicas de evergetismo, a que não terá sido estranha uma forma de *captatio benevolentiae* da população romana. Foi sob o seu principado, em 80 d.C., que o anfiteatro Flávio foi inaugurado e esse acontecimento terá tido um impacte especial na população e na forma como esta encarou o príncipe. Os *ludi* então organizados foram verdadeiramente grandiosos, tendo durando cem dias, entre abril e julho, noite e dia, e incluído naumaquias, combates de gladiadores e condenações *ad bestias*. Suetónio conta que num só dia foram abatidas cinco mil feras (Suet. *Tit.* 7.7) e Díon Cássio fala mesmo de nove mil (66.25). Eventualmente, haverá algum exagero nas cifras, mas as fontes, e o próprio edifício, deixam perceber que as cerimónias de inauguração

⁵⁹ Vespasiano morreu aos 69 anos, na sequência de uma doença súbita, Suet. *Ves.* 24.

⁶⁰ Jones 1984 79, 82, 85-87.

terão de facto sido magníficas. Muito certamente, Tito aproveitou-as para demonstrar o poder imperial e os benefícios que a nova dinastia trazia a Roma e aos Romanos, num claro exercício de propaganda e de contraste com o que tinham sido os últimos anos dos Júlio-Cláudios. Só o facto de se exibirem no anfiteatro animais provenientes de todos os cantos do Império era uma forma de propagandear o poder e os domínios do imperador e sua família. O célebre *Livro dos Espetáculos* de Marcial testemunha bem o acontecimento⁶¹.

A este tipo de “ação social”, Tito associou uma baixa de impostos, o que só foi possível graças às políticas de contenção e de austeridade levadas a cabo por Vespasiano. Nesse aspeto, Tito beneficiou de uma conjugação de fatores. Note-se que mesmo a inauguração do anfiteatro Flávio em 80 d.C. só foi possível porque a construção do edifício se iniciara no tempo do pai, também. No entanto, nem só de aspetos positivos foi preenchido o curto principado de Tito. Efetivamente, foi no tempo deste imperador que o império sofreu alguns desastres naturais, que abalaram consideravelmente a sociedade de então. Esses acontecimentos não deixaram de ter impacto na economia, sobretudo, visto ter-se espoletado a emergência e a urgência dos auxílios estatais.

Além de uma epidemia que grassou por parte considerável do território imperial e de um incêndio que atingiu Roma, que ainda não havia recuperado completamente do fogo que havia destruído cerca de dois terços da cidade em 64 d.C., logo no ano em que Tito se sentou na cadeira imperial, a região da Campânia foi atingida por uma erupção do Vesúvio, que fez milhares de mortos e destruiu por completo três das cidades da baía de Neápolis: Pompeios, Herculano e Estábias. Esta região havia sido atingida por um violento sismo ainda no tempo de Nero, entre 62 e 63 d.C. As cidades campanenses não se tinham, portanto, restabelecido ainda do impacto que esse cataclismo lhes tinha causado, quando foram atingidas pela erupção do Vesúvio. Segundo a interpretação tradicional, baseada no texto de Plínio-o-Jovem, a erupção vulcânica terá ocorrido no dia 24 de agosto de 79 d.C. (Plin. *Ep.* 6.16.20). Mas a investigação mais recente tem posto em causa este dado cronológico⁶².

Num contexto deste tipo, percebe-se também mais facilmente que o retrato de Tito não tenha sido feito de forma negativa, justificando-se assim também as tão citadas palavras com que Suetónio abre a biografia deste imperador: *amor ac deliciae generis humani* (“a adoração e a delícia do género humano”, Suet. *Tit.* 1).

⁶¹ Pimentel 2000 19-38; Rodrigues 2007 768-769; Tuck 2016.

⁶² Dúvidas relativas à leitura paleográfica dos números registados nos manuscritos medievais que transmitiram as epístolas de Plínio, os vestígios de frutos outonais que se encontraram durante as sondagens arqueológicas de Pompeios, as roupas – inusitadas para o Verão mediterrâneo – feitas de lã que estavam a ser usadas por muitas vítimas no momento do cataclismo, o achado na cidade de uma moeda romana cunhada não antes de setembro de 79 d.C. e o estudo da orientação dos ventos da região têm sido os argumentos que têm contribuído para pôr em causa a data tradicional de agosto de 79 d.C. É, antes, verosímil que a erupção tenha ocorrido entre setembro e outubro desse mesmo ano. Sobre esta questão vide Rodrigues 2012.

Um outro elemento, o romanesco, acabou por cunhar a imagem de Tito na tradição ocidental. Trata-se da relação que terá mantido com Júlia Berenice, princesa judia. Berenice fora, juntamente com o irmão Agripa II e outros reis-vassallos orientais (Soemo de Émesa e Antíoco IV de Comagene), uma das apoiantes de Vespasiano em 69 d.C. (Tac. *Hist.* 2.81), constituindo o que parece ter sido uma autêntica *factio* oriental de apoio aos Flávios⁶³. Mas, ao que parece, o papel da princesa na vida do *princeps* foi muito além disso.

2.1 O “caso Berenice” e suas consequências políticas

Tito casou-se com pela primeira vez em 63 d.C., ainda no tempo de Nero, depois de regressar a Roma, vindo da Germânia e da Britânia. Esse primeiro casamento foi com Arrecina Tertula, filha de Marco Arrecino Clemente, um *eques* que havia sido prefeito do pretório. Dessa união, Tito terá tido pelo menos uma filha, Júlia Flávia. Um passo de Filóstrato, porém, sugere que ele deverá ter sido pai de mais do que de uma única rapariga (Philostr. *VA* 7.7). Tertula, contudo, morreu em 65 d.C. e Tito voltou a casar-se depois disso com uma senhora chamada Márcia Furnila, de quem acabou por se divorciar e de quem terá tido também uma filha (Suet. *Tit.* 4.2).

As fontes fornecem pouca informação acerca das esposas legítimas de Tito. Nos anais da História, e decerto por alguma razão, destaca-se sobretudo a relação que o imperador terá mantido com a filha de Marco Júlio Agripa (também conhecido como “Herodes” Agripa), Júlia Berenice, sem prejuízo para o facto de Suetónio destacar o seu gosto por práticas sexuais alternativas com jovens rapazes e eunucos (Suet. *Tit.* 7.1). Estas observações do historiador, porém, devem ser lidas no contexto antigo, em que amor e sexualidade não eram duas realidades necessariamente coincidentes. Os ecos historiográficos da relação de Tito com Berenice ganharam particular relevo porque ela motivou uma tradição literária na cultura europeia, eventualmente, só comparável à que conhecemos para António e Cleópatra e Herodes e Mariame⁶⁴. Mas essa tradição não deixa de radicar num facto politicamente pertinente que marcou a dinastia flávia no tempo de Tito. De facto, a relação de Tito e Berenice deverá ter tido um impacto político no seu tempo semelhante ao da de António e Cleópatra nos alvares do Principado⁶⁵. Mommsen chamou mesmo a Berenice: “Kleopatras im kleinen”⁶⁶.

⁶³ Jones 1989 127-134.

⁶⁴ Akerman 1978.

⁶⁵ A bibliografia sobre Tito e Berenice e sobre a receção do tema é imensa. O leitor pode encontrar uma sùmula dos principais títulos em Rodrigues 2007 781-798.

⁶⁶ Apud Perea Yébenes 2000 94.

A história conhece vários contornos, interessando destacar aqui sobretudo as suas implicações políticas. Sendo filha de Marco Júlio Agripa, bisneta de Herodes-o-Grande e irmã de Agripa II, Júlia Berenice era uma figura proeminente da casa real dos Judeus. Acresce que a princesa tinha sido casada com Marco Júlio Alexandre, um judeu irmão de Tibério Júlio Alexandre, o homem que havia proclamado Vespasiano imperador em Alexandria (J. AJ 19.274-277). Ao pertencer à elite política judaica do seu tempo, Berenice também se distinguia das forças que haviam desencadeado o movimento de rebelião contra Roma, as quais eram essencialmente constituídas, como referimos, por zelotas e sicários. Isso significa que Berenice não estaria necessariamente ao lado do movimento de rebelião, tal como, aliás, dificilmente estaria qualquer um dos membros da família real judaica. Pelo contrário, sendo culturalmente helenística, Júlia Berenice identificava-se e estaria mais próxima dos círculos do poder em Roma.

O papel político desta princesa na conjuntura flávia é inegável. Uma interpretação atenta dos medalhões interiores do Arco de Tito parece sustentar esta ideia: sob o braço erguido de Tito, num dos relevos, podemos ver as efígies de um homem e de uma mulher que se afrontam: muito provavelmente, Berenice e Agripa II, como que submetidos pelo *imperator* romano, mas não deixando de estar no horizonte dele.

A influência de Júlia Berenice na corte dos Flávios parece ter-se intensificado a partir de 75 d.C. As fontes contam que Tito pretendia casar-se com Berenice (e. g. Suet. *Tit.* 7) e Díon Cássio refere mesmo a existência de uma relação de concubinato entre o *imperator* e a princesa. É provável, pois, que tenha havido uma relação de tipo marital entre Tito e Berenice, que teria começado antes de o romano se ter tornado imperador, mas tudo aponta para que o casamento *de iure* nunca se tenha concretizado⁶⁷. De facto, condicionamentos jurídicos e religiosos derivados das origens romanas e judaicas dos intervenientes colocavam diversos obstáculos a uma união legal.

A verdade é que, tal como Cleópatra VII cerca de cem anos antes, Júlia Berenice era essencialmente uma *persona non grata* aos Romanos. Berenice representava os inimigos de Roma, uma cultura estranha aos Romanos e a possibilidade constante da traição. Estes factos parecem justificar o passo de Suetónio: “Mandou Berenice imediatamente para longe de Roma, contra a vontade de um e a do outro” (Suet. *Tit.* 7.2). Na verdade, Berenice era mais apropriada para desfilarem no triunfo de Tito como espólio do que para aparecer como imperatriz. Além disso, a *factio* política a que se associava era foco de discórdia em Roma. Ora, Tito era uma pedra angular da nova dinastia, por conseguinte, não poderia deixar que se abrissem fendas na muralha que Vespasiano tinha começado a construir.

Talvez a expulsão de Berenice em 79 d.C. tenha sido uma tentativa de reconciliação política de Tito com os seus adversários políticos. De facto, aos

⁶⁷ Rodrigues 2007 790.

Flávios, não bastava a *auctoritas*; eram necessários *amici*. E todo este processo comprova que o “caso Berenice” interferiu de modo determinante no projeto político dos Flávios⁶⁸.

No final da biografia de Tito, Suetônio escreve o seguinte: “não se arrependia de nenhum ato da sua vida, à exceção de um” (Suet. *Tit.* 10.1). Segundo o mesmo historiador, nesse momento, alguns pensaram que o imperador se referia a uma alegada relação amorosa que teria mantido com a cunhada, Domícia Longina. Esta, porém, negou que fosse isso. Não podemos deixar de pensar que Tito se referia à forma como tratara Berenice⁶⁹.

3. *Titus Flavius Domitianus* (81-96 d.C.)

Segundo as fontes, uma das primeiras preocupações de Tito Flávio Domiciano após a morte do irmão em 81 d.C., vítima talvez de uma febre (Suet. *Tit.* 10.1), talvez de envenenamento (Aur. Vict. *De Caes.* 10.11; Philostr. *VA* 6.32)⁷⁰, foi entregar aos guardas pretorianos um donativo equivalente ao que o seu próprio pai lhes havia dado em ocasião semelhante. Depois de o fazer, Domiciano apresentou-se perante o senado, que imediatamente confirmou os seus poderes fazendo dele *princeps* aos 30 anos de idade.

Os autores que se têm dedicado à personalidade deste imperador são praticamente unânimes em considerá-lo um indivíduo brilhante, com uma inteligência acima da média. Outros referem a possibilidade de Domiciano padecer de algum “complexo de secundogênito”, que se teria refletido nas suas ações políticas⁷¹. Outros ainda salientam a sua propensão para a psicopatia, baseados, todavia, em fragmentos literários eventualmente demasiado incipientes ou inconsistentes, como os passos em que Suetônio conta que o príncipe se entretinha a torturar moscas ou a inventar formas de tortura particularmente cruéis (Suet. *Dom.* 3.1; 10.5). Não nos parece impossível que assim fosse em termos psicoanalíticos, mas estas opiniões dificilmente poderão ser comprovadas e passar de mera especulação, dado o estado da informação que possuímos acerca destes indivíduos. Mas não deixam de ser válidas enquanto conclusões meramente opinativas e retiradas após uma leitura mais ligeira das fontes.

Com efeito, ao contrário do irmão, o retrato de Domiciano nos textos antigos não lhe é muito favorável. Este imperador aparece como um homem perturbado, com tiques de tirano, no sentido pejorativo do termo, e senhor de uma *crudelitas* que deveria ser o oposto do príncipe ideal. Tornaram-se célebres,

⁶⁸ Crook 1951.

⁶⁹ Sobre o principado de Tito, vide ainda Jones 1984; Griffin 2000 46-54 e Murison 2016.

⁷⁰ Jones 1984 154-156.

⁷¹ E.g. Castillo 1989 190.

por exemplo, a referência à condenação que terá feito das vestais acusadas de praticarem atos sexuais (D.C. 67.3.3) e a tenacidade com que teria reforçado as leis contra o adultério ou contra atos homossexuais com homens nascidos livres⁷²; e tanto Suetónio como Díon Cássio referem que o *princeps* fazia questão de ser tratado como *dominus et deus*⁷³. Curiosamente, este seria um retrato mais facilmente enquadrável em Tito, dadas as suas afinidades com o Oriente, de que a relação com Júlia Berenice é uma das manifestações, do que com Domiciano. Note-se, contudo, que este esteve no poder década e meia e não apenas dois anos, como Tito. Uma quantidade de tempo como a que Domiciano governou possibilitou um tipo de avaliação diferente daquela a que Tito foi sujeito. Por outro lado, há que não esquecer que Domiciano foi assassinado, o que poderá traduzir hostilidades pessoais, mas também, e sobretudo, oposições políticas. Estas, porém, podem não ter sido necessariamente resultado de comportamentos de vilania. Bastaria a cobiça do poder para que surgissem. Mas deverão, certamente, ter estado por detrás das intenções de construir um retrato negativo do último imperador flávio.

Parte significativa dessa oposição terá advindo, naturalmente, da ordem senatorial. Uma primeira fase do governo de Domiciano terá mantido privilégios e prerrogativas dos senadores e respetivas famílias. Nesses primeiros tempos, o imperador terá, portanto, mantido a política de proteção senatorial que, afinal, deveria ter um efeito mútuo relativamente ao príncipe. Mas tudo leva a crer que, paulatinamente, Domiciano tenha optado por um regime político de maior concentração no *princeps*, à semelhança, aliás, do que outros, como Gaio Calígula, teriam já feito. Note-se, por exemplo, como, a partir de 84 d.C., Domiciano não deixou de exercer o cargo de censor, o que lhe conferia o privilégio de decidir continuamente sobre a composição do senado. A par desse facto, o príncipe terá introduzido nesse órgão vários elementos que lhe eram próximos, de modo a garantir a manutenção dos seus poderes e o apoio de que necessitava. Ao mesmo tempo, o imperador percebeu que se hostilizava os senadores teria de encontrar partidários noutras fontes. O exército e os cavaleiros revelaram-se as opções mais eficazes como apoios (ao contrário de Cláudio, por exemplo, que se apoiou sobretudo num grupo de libertos e, por conseguinte, indivíduos infiltrados na corte e muito próximos da família imperial). Por isso, também, o príncipe aumentou o número de pretorianos⁷⁴. Uma política deste tipo não terá estado isenta de fortes oposições e elas deverão ter-se feito sentir. Essa oposição manifestou-se também nas perseguições que Domiciano acabou por levar a cabo.

⁷² A velha *lex Scantinia*; cf. Suet. *Dom.* 8.3; D.C. 67.12.1; Stat. *Silu.* 5.2.102; Mart. 7.7, 22, 45; Juv. 2.29. Griffin 2000 79.

⁷³ Suet. *Dom.* 13.2. Cf. D.C. 67.4.7, onde se lê καὶ δεσπότης καλούμενος καὶ θεός, *kai despotes kaloumenos kai theos*.

⁷⁴ Como nota Castillo 1989 191, em 83 d.C., Domiciano criou, também, uma nova legião: a I *Flavia Minerva*, posteriormente conhecida como I *Flavia Minerva Pia Fidelis Domitiana*.

A rebelião de 88 d.C., protagonizada por Lúcio António Saturnino na Germânia, terá sido uma das mais importantes, não só pelo que significou em termos de oposição a Domiciano, mas também pelo temor e cautela que terá inculcado a partir daí no imperador. Considera-se mesmo que, a partir de então, terá aumentado a função e o número de delatores na corte imperial, depois de os ter reprimido (Suet. *Dom.* 9.3). Os julgamentos por crimes de *maiestas* aumentaram bem como a perseguição a alguns grupos específicos⁷⁵. Os textos referem em especial os que se identificavam com os intelectuais gregos e algumas minorias étnico-religiosas, como os Judeus⁷⁶. Não deixa de ser curioso que as notícias que possuímos acerca de Flávio Josefo parem quase em simultâneo com o final da governação de Domiciano, que parece ter mantido alguma hostilidade para com indivíduos associados aos Judeus ou ao judaísmo. Não podemos deixar de pensar na possibilidade de existir alguma relação entre os dois factos. Neste âmbito, há que referir que alguma tradição cristã considerou desde muito cedo que Domiciano terá sido um opositor do cristianismo, associando-o mesmo a uma das tradicionalmente tidas como primeiras grandes perseguições, bem como às condições que levaram à composição do livro do *Apocalipse*⁷⁷. Este fator terá sido também determinante na imagem que a tradição ocidental construiu do último dos Flávios.

No entanto, há que notar que muito dificilmente, no tempo de Domiciano e em particular na corte imperial, se faria já alguma distinção entre Judeus e cristãos. Muito provavelmente, para os Romanos do tempo de Domiciano, como para o próprio príncipe, Judeus e cristãos seriam o mesmo ou, quanto muito, estes não passariam de uma seita de origem oriental derivada daqueles. Para o Estado romano, o delito comum a Judeus e cristãos seria apenas o de *impietas*⁷⁸. Nem sempre, porém, a acusação de que se era alvo traduziria as verdadeiras motivações de quem acusava e o facto de os acusados Clemente e Domitila pertencerem à família imperial e de Domiciano ser um zeloso defensor do poder centralizado na figura do *princeps*, motivando assim oposições e ódios políticos, deve ser levado em conta neste contexto. Note-se que, antes de Flávio Clemente, outro parente do imperador, Tito Flávio Sabino, tinha sido já acusado e condenado à morte. E as oposições dentro da própria casa imperial parecem manifestar-se também nos processos políticos em que a própria mulher

⁷⁵ Jones 1992 182-192.

⁷⁶ Esta hostilidade em relação aos Judeus sob Domiciano poderá ser paradoxal relativamente ao apoio que o pai desse imperador terá tido por parte de alguns Judeus, como Tibério Júlio Alexandre ou até mesmo Flávio Josefo. Haverá, contudo, que levar em conta os contextos específicos de cada circunstância. Vide e.g. Rodrigues 2007 756-758, 767-768.

⁷⁷ Rodrigues 2007 766, 809.

⁷⁸ Sob essa acusação terão caído nomes como Acílio Glabrião (banido e executado), Tito Flávio Clemente (condenado à morte) e Flávia Domitila (exilada em Pandatária), estes últimos membros da própria família imperial (D.C. 67.14). Jones 1992 114-116. Não confundir esta Flávia Domitila com a mulher de Vespasiano, de quem era neta. Vide Eracle 1964.

do imperador, Domícia Longina, terá estado envolvida. Suetónio refere um caso passionnal como motivo para o exílio da imperatriz, que depois acabou por regressar à corte (Suet. *Dom.* 3.1). Mas não deixa de ser significativo que talvez tenha sido em torno dela que se tenha formado a conspiração da qual resultou o assassinio de Domiciano (D.C. 67.15).

Há que recordar ainda que Domiciano chegou a ser usado pelo próprio pai como instrumento de consolidação dinástica. Em 70 d.C., Vespasiano tentou casar o filho mais novo com uma das suas netas, filha de Tito e, portanto, sobrinha do próprio Domiciano: Júlia Flávia, também conhecida como Júlia *Titi* (Suet. *Dom.* 22.1). As fontes dão conta, no entanto, que, nessa ocasião, Domiciano estaria interessado numa outra dama da corte, Domícia Longina, uma descendente de Augusto, filha de Gneu Domício Corbulão e antes mulher de Lúcio Élio Pláucio Lâmia Eliano (Suet. *Dom.* 1.2; 22.1). Obtido o divórcio do primeiro casamento de Domícia, Domiciano casou-se então com esta senhora em 71 d.C., vindo depois a conseguir a sua proclamação como *Augusta* (Suet. *Dom.* 3.1). A vida conjugal de Domiciano e Domícia Longina, contudo, não foi um êxito. Em 83 d.C., Domiciano ordenou o exílio da mulher, talvez por causa de adultério por ela cometido com um ator então famoso (Suet. *Dom.* 3.1). Segundo as fontes, Domiciano ter-se-ia envolvido então com a sobrinha, a mesma Júlia com quem Vespasiano desejara que ele se casasse. E mesmo depois de Domícia Longina ter regressado à corte na sequência do perdão imperial, Domiciano manteve a relação amorosa com Júlia *Titi*, o que deverá não ter sido alheio ao facto de Domícia Longina se ter envolvido na conspiração que levou à morte do próprio marido (Suet. *Dom.* 17; D.C. 67.3.1-2; 67.15.2)⁷⁹.

3.1 A ação política de Domiciano

Uma das medidas que se impôs no tempo deste imperador foi o controlo eficaz dos governadores provinciais. O imperador não podia esquecer que parte significativa da riqueza do Estado romano provinha das províncias e que eram esses mesmos territórios que poderiam tornar alguém particularmente poderoso se, ao invés de enviar para Roma os impostos devidamente coletados, se apoderasse deles em proveito próprio. Além disso, havia o perigo de conseguir alianças com elites políticas, económicas e militares locais, que poderiam pôr em causa o poder do *princeps*. A proclamação de Vespasiano em 69 d.C. mostrava essa possibilidade sem equívocos. Domiciano terá levado em conta todos

⁷⁹ Sintomaticamente, Suetónio conta que, depois da morte do príncipe, as cinzas dele foram recolhidas pela sua ama, que as depositou no templo dos Flávios, misturando-as com as de Júlia *Titi*, a quem ela também criara e que morrera na sequência de um aborto mal-sucedido. Júlia estava grávida de Domiciano e terá sido ele próprio a exigir a interrupção da gravidez da amante (Suet. *Dom.* 17.3; 22; D.C. 67.18).

esses fatores, o que também se deverá relacionar com o facto de ter prestado particular atenção à atribuição do direito de cidadania a vários provinciais e de ter criado cargos como o dos *curatores reipublicae*, essencialmente procuradores do Estado, função também exercida pelos *equites*⁸⁰.

De um modo geral, Domiciano parece ter compreendido e continuado o pensamento e a ação política do seu pai, Vespasiano. Isto significa que manteve a perceção da necessidade de continuar a fortificar os *limites* imperiais, recorrendo não apenas a uma maior concentração de tropas nessas regiões, como também a uma intensificação das fortificações aí instaladas. Na região renana, por exemplo, aplicou esse princípio, reforçando as medidas com incentivos à instalação de populações agrícolas locais, ou deslocadas de outros territórios como a Gália, de modo a criar aí comunidades que viessem a ganhar um sentido de identidade e de pertença com o território ao ponto de o defenderem como seu. Assim, lutando pelo próprio espaço, esses grupos defendiam as fronteiras do próprio império. Desta forma, o imperador reforçava de modo significativo os espaços de liminaridade. Acresce que estes grupos tinham ainda como contrapartida o pagamento de uma taxa de 10% dos seus rendimentos ao Estado romano, o que perfazia uma fonte de rendimento extraordinária muito bem-vinda⁸¹.

Do pai, Domiciano parece ter herdado também a competência na administração financeira, visto que, sob o seu domínio, a moeda terá parado de desvalorizar⁸². No que diz respeito à política económica, é de destacar o *edictum* de 92 d.C., com o qual o imperador assegurou medidas com vista a baixar o preço dos cereais. Com efeito, aparentemente, o comércio do vinho tinha-se tornado particularmente rentável nos anos que precederam o governo de Domiciano. Esse fator terá levado muitos agricultores a investirem na vide e na vinha de modo a tornarem-se produtores vinícolas. Esta medida levou, por um lado, a uma baixa dos preços do vinho, consequência de uma maior oferta deste produto nos mercados. Mas, por outro, levou também a uma carestia cerealífera, uma vez que a maioria dos agricultores preferia plantar vides, colher uvas e produzir vinho a semear trigo ou outros cereais. A falta de cereal, portanto, levou a um encarecimento significativo desse bem, assim como à necessidade de mais importação a partir das províncias, o que não favorecia o preço por que era depois vendido em Roma, por exemplo. Com o *edictum* de 92 d.C., Domiciano proibiu o plantio de novos pés de vide na Itália e ordenou que metade das vinhas da Ásia Menor e de outras províncias fosse arrancada⁸³. Apesar de, a uma primeira leitura, esta medida parecer uma forma de protecionismo dos produtores itálicos de vinho, ela deverá ser preferencialmente

⁸⁰ Griffin 2000 78.

⁸¹ Castillo 1989 192; Fernández Uriel 2016 185-186.

⁸² Fernández Uriel 2016 198-201.

⁸³ Jones 1992 77-79; Fernández Uriel 2016 194-196.

entendida como uma solução para aumentar a produção de cereal e, por conseguinte, baixar o seu preço e o do pão dele derivado⁸⁴.

Em termos de ação militar, Domiciano enfrentou problemas com os Dácios, chefiados por Decébalos, entre 85 e 89 d.C. Estes confrontos foram umas vezes favoráveis aos Romanos, outras aos Dácios, que se aliaram a outros povos e tribos, como os Sármatas, os Quados e os Marcomanos⁸⁵. Roma chegou mesmo a perder duas das suas legiões nesses confrontos. Por fim, acabou por acordar tréguas com Decébalos, assinando um tratado que concedia ao rei dácio privilégios comerciais e o direito à exploração de territórios agrícolas, além de uma pensão anual. Além do mais, deste modo, Decébalos constituía-se também como rei-cliente ou vassalo de Roma, interessado em defender os seus próprios interesses⁸⁶. Como nos parece evidente, a administração de Domiciano limitou-se a reproduzir aqui o modelo usado de um modo mais geral nas regiões de *limes*. Naturalmente, esta solução ter-se-á revelado mais rentável para Roma do que a manutenção do conflito, cujo desenlace não seria certo.

Já na fronteira mais ao oriente, mantiveram-se as linhas definidas por Vespasiano, assim como na mais ao norte, na Britânia. Domiciano decidiu, aliás, parar com as ofensivas nessa região, comandadas por Júlio Agrícola, de certo por razões económicas⁸⁷.

Na sequência deste conjunto de medidas, o último dos Flávios reorganizou a província da Germânia em Germânia Superior e Germania Inferior, nomeando *legati Augusti pro praetore*. Estes territórios, contudo, mantiveram-se ligados aos da Gália Bélgica, para efeitos de gestão financeira, para a qual Domiciano nomeou um *procurator provinciae Belgicae et utriusque Germaniae*⁸⁸. O mesmo foi feito com a Mésia, então dividida em Mésia Superior e Mésia Inferior, províncias que passaram a ser administradas por *legati* consulares⁸⁹. Esta reorganização administrativa teve também como consequência o crescente aumento das elites provinciais no contexto do império.

Tal como os seus dois predecessores, Domiciano percebeu a importância do evergetismo e das obras públicas enquanto formas de construir uma imagem política. Este imperador terá assim investido parte da sua atividade política em projetos urbanísticos de utilidade essencialmente pública, desde edifícios destinados

⁸⁴ Jones 1992 78. Há que notar, contudo, que esta medida não foi posta em prática de forma pacífica, visto que o imperador encontrou oposição em vários grupos cujos interesses económicos estavam precisamente ou na exploração da vinha ou na (pouca) produção cerealífera. A medida proclamada pelo *edictum* de 92 d.C., no entanto, esteve em vigor até ao principado de Marco Aurélio (280 d.C.).

⁸⁵ Fernández Uriel 2016 266.

⁸⁶ Jones 1992 138-139, 141-143, 150-155.

⁸⁷ Castillo 1989 193.

⁸⁸ Morelli 2014 212-226; Dart 2016.

⁸⁹ Jones 1992 150-155; Morelli 2014 206-212.

a banhos públicos a teatros e circos, passando por templos, entre os quais um dedicado ao próprio pai, Vespasiano⁹⁰.

4. O fim da dinastia flávia

Em setembro de 96 d.C., uma conspiração formada talvez em torno da imperatriz Domícia Longina (ou pelo menos com o seu conhecimento), e que envolveu pessoas da *familia* imperial bem como elementos da guarda pretoriana e membros do senado, foi bem sucedida em montar uma armadilha e assassinar Domiciano. Suetónio conta o episódio sob uma perspectiva quase cinematográfica (Suet. *Dom.* 17). Segundo este biógrafo romano, um liberto de Flávia Domitila, a sobrinha que ele tinha exilado em Pandatária, chamado Estéfano aproximou-se do imperador, com o pretexto de lhe denunciar uma conspiração. O pretexto era, de facto, verdadeiro, mas a conspiração não seria desmascarada, visto ser precisamente a que estava em curso. Apoiado por um militar de nome Clodiano, por um liberto chamado Máximo, por um criado da câmara do imperador e por um gladiador, Estéfano apunhalou Domiciano até à morte (cf. D.C. 67.15-17). Segundo Díon, nessa ocasião, em Éfeso, Apolónio de Tiana, um filósofo da época, teria gritado: “Boa, Estéfano! Excelente, Estéfano!” (D.C. 67.18).

Os conjurados decidiram que o sucessor de Domiciano seria um membro da família dos *Cocceii* e antigo cônsul sufecto, no tempo de Gaio Calígula: Nerva. Por sua vez, o senado decretou que Domiciano fosse votado à *damnatio memoriae* (Suet. *Dom.* 23.1)⁹¹. A dinastia dos Flávios tinha chegado ao seu termo.

Tábua cronológica:

- 9 d.C. – nascimento de Vespasiano
- 37 d.C. – Flávio Sabino é *quaestor*
- 39 d.C. – nascimento de Tito; Flávio Sabino é *aedilis*
- 40 d.C. – Flávio Sabino e Vespasiano são *praetores*
- 41 d.C. – morte de Gaio Calígula
- 45 d.C. – nascimento de Domitila Menor
- 47 d.C. – Flávio Sabino é *consul suffectus*
- 49 d.C. – Flávio Sabino é *legatus* na Mésia pela primeira vez
- 51 d.C. – nascimento de Domiciano; Vespasiano é *consul suffectus*
- 56 d.C. – Flávio Sabino é *legatus* na Mésia pela segunda vez
- 63 d.C. – Vespasiano é *proconsul* de África; Tito casa-se com Arrecina Tertula; sismo violento na Campâ-

⁹⁰ Uma lista de obras levadas a cabo por Domiciano pode ser lida em Alston 1998 187. Sobre o principado de Domiciano, vide ainda Jones 1992; Griffin 2000 54-83; Morelli 2014; Fernández Uriel 2016 e Galimberti 2016.

⁹¹ Fernández Uriel 2016 274-279.

- nia atinge Pompeios, Herculano e Estábias
- 65 d.C. – morte de Arrecina Tertula; Tito casa-se com Márcia Furnia
- 66 d.C. – Vespasiano acompanha Nero à Grécia
- 67 d.C. – Vespasiano assume o comando das tropas romanas na Judeia; cerco e massacre de Jotapata
- 68 d.C. – morte de Nero
- Antes de 69 d.C. – morte de Domitila e de Domitila Menor
- 69 d.C. – Flávio Sabino é *praefectus* de Roma; principado de Galba, de Vitélio e de Otão; principado de Vespasiano; batalha de Cremona; morte de Flávio Sabino
- 70 d.C. – Vespasiano entra em Roma como imperador; cerco e destruição de Jerusalém e do Templo às mãos de Tito; primeiro consulado de Tito; Tito detém a *tribunicia potestas*; provavelmente, Tito conhece Júlia Berenice
- 71 d.C. – desfile triunfal de Vespasiano e Tito pela conquista de Jerusalém; segundo consulado de Tito; Tito é prefeito do pretório; casamento de Domiciano com Domícia Longina
- 73 d.C. – Tito é *ensor*; terceiro consulado de Tito
- 74 d.C. – conquista, saque e massacre de Masada; quarto consulado de Tito
- 75 d.C. – inauguração do Templo da Paz
- 79 d.C. – morte de Vespasiano; principado de Tito; sétimo consulado de Tito; Tito expulsa Júlia Berenice de Roma; erupção do Vesúvio; destruição de Pompeios, Herculano e Estábias
- 80 d.C. – inauguração do Anfiteatro Flávio
- 81 d.C. – morte de Tito; principado de Domiciano
- 82-83 d.C. – edificação do Arco de Tito; exílio de Domícia Longina; Domiciano envolve-se com Júlia *Titi*
- 85 d.C. – guerra contra os Dácios
- 88 d.C. – rebelião de L. António Saturnino
- 89 d.C. – tratado com Decébalos, rei dos Dácios
- 92 d.C. – *edictum* de Domiciano sobre o cultivo de cereais e o plantio de vinha
- 95 d.C. – condenação de Flávio Clemente à pena capital; exílio de Flávia Domitila em Pandatária
- 96 d.C. – conspiração contra Domiciano; morte de Domiciano; principado de Nerva.

Bibliografia

- Abbema, L. K. van (2016), “Women in Flavian Rome” in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 296-312.
- Akerman, S. (1978), *Le mythe de Bérénice*. Paris, Éditions A.-G. Nizet.
- Alston, R. (1998), *Aspects of Roman History AD 14-117*. London/New York, Routledge.
- Bartman, E. (2001), “Hair and the Artifice of Roman Female Adornment”, *AJA* 105 125.
- Beard, M. (2003), “The Triumph of Flavius Josephus” in A. J. Boyle – W. J. Dominik, eds, *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 543-558.
- Bernstein, N. W. (2016), “Epic Poetry: Historicizing the Flavian Epics” in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 395-411.
- Blake, S. H. (2016), “The Aesthetics of the Everyday in Flavian Art and Literature” in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 344-360.
- Boyle, A. J. & Dominik, W. J., eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill.
- Brunet, P. A. (1977), “Lex de imperio Vespasiani”, *JRS* 67 95-116.
- Castillo, A. del (1989), “La dinastía Flavia” in J. M. Roldán – J. M. Blázquez – A. del Castillo, *Historia de Roma. Tomo II – El Imperio Romano (siglos I-III)*. Madrid, Cátedra 175-193.
- Chapman, H. H. – Rodgers, Z., eds (2016), *A Companion to Josephus*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons.
- Charlesworth, M. P. (1936), “The Flavian Dynasty” in S. A. Cook – F. E. Adcock – M. P. Charlesworth, eds, *The Cambridge Ancient History*, vol. XI: *The Imperial Peace AD 70–192*. Cambridge, Cambridge University Press 1-45.
- Croisille, J.-M. (1982), *Poésie et art figuré de Néron aux Flaviens. Recherches sur l'iconographie et la correspondance des arts à l'époque impériale*. Bruxelles, Latomus.

- Crook, J. A. (1951), "Titus and Berenice", *AJPh* 72/2 162-175.
- D'Ambra, E. (2013), "Mode and Model in the Flavian Female Portrait", *AJA* 117/4 511-525.
- Dart, C. J. (2016), "Frontiers, Security, and Military Policy" in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 207-222.
- Dominik, W. J. (2003), "Hannibal at the Gates: Programmatising Rome and *Romanitas* in Silius Italicus' *Punica* 1 and 2" in A. J. Boyle & W. J. Dominik, eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 469-498.
- Eracle, J. (1964), "Une grande dame de l'ancienne Rome: Flavia Domitilla, petite fille de Vespasien", *Echos de Saint-Maurice* 62 109-134.
- Fernández Uriel, P. (2016), *Titus Flavius Domitianus. De Princeps a Dominus: un hito en la transformación del Principado*. Madrid/Salamanca, Signifer Libros.
- Franchet d'Espèrey, S. (1986), "Vespasien, Titus et la littérature", *ANRW* II.32.5 3048-86.
- Galimberti, A. (2016), "The Emperor Domitian" in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 92-108.
- Gallia, A. B. (2016), "Remaking Rome" in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 148-165.
- Gaudemet, J. (2002), *Les institutions de l'Antiquité*. Paris, Éditions Monchrétien.
- Griffin, M. T. (2000), "The Flavians" in A. K. Bowman, P. Garnsey, D. Rathbone, eds., *The Cambridge Ancient History*, vol. XI: *The High Empire A.D. 70-192*. Cambridge, Cambridge University Press 1-83.
- Gunderson, E. (2003), "The Flavian Amphitheatre: All the World as Stage" in A. J. Boyle & W. J. Dominik, eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 637-658.
- Hadas-Label, M. (1990), *Jérusalem contre Rome*. Paris, Éditions du Cerf.
- Heemstra, M. (2010), *The Fiscus Judaicus and the Parting of the Ways*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- Homo, L. (1949), *Vespasien, l'empereur du bon sens (69-79 apr. J.C.)*. Paris, Albin Michel.
- Kokkinos, N. (1992), *Antonia Augusta: Portrait of a Great Roman Lady*. London, Routledge.
- Jones, B. W. (1984), *The Emperor Titus*. London/Sydney, Croom Helm.
- Jones, B. W. (1989), "Titus in Judaea, A. D. 67", *Latomus* 48 127-134.
- Jones, B. W. (1992), *The Emperor Domitian*. London/New York, Routledge.
- Levi, M. A. (1975), "I Flavi", *ANRW* II.2 177-207.
- Levick, B. M. (1999), *Vespasian*. London/New York, Routledge.
- Machado, J. B. (2007), *História do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma*. Introdução, edição e lematização de José Barbosa Machado. Braga, Edições Vercial.
- Markus, D. D. (2003), "The Politics of Epic Performance in Statius" in A. J. Boyle – W. J. Dominik, eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 431-468.
- Marlowe, E. (2013), *Shaky Ground. Context, Connoisseurship and the History of Roman Art*. London/New York, Bloomsbury Academic.
- Martins, M. (1956), "Em torno de Jerusalém" in M. Martins, *Estudos de Literatura Medieval*. Braga, Livraria Cruz 48-59.
- Mason, S. (2003), "Flavius Josephus in Flavian Rome: reading on and between the lines" in A. J. Boyle & W. J. Dominik, eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 559-590.
- Meise, E. (1969), *Untersuchungen zur Geschichte der Julisch-Claudischen Dynastie*. München, Verlag C. H. Beck.
- Morelli, U. (2014), *Domiziano. Fine di una dinastia*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.
- Murison, C. L. (2016), "The Emperor Titus" in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 76-91.
- Newton, H. C. (1901), *The Epigraphical Evidence for the Reigns of Vespasian and Titus*. St. Andrews, MacMillan.
- Nicols, J. (1978), *Vespasian and the Partes Flavianae*. Wiesbaden, Franz Steiner.
- Nicols, J. (2016), "The Emperor Vespasian" in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 60-75.
- Pere Yébenes, S. (2000), *Berenice, reina y concubina*. Madrid, Alderabán.
- Pimentel, M. C. (1993), *A adulatio em Marcial*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pimentel, M. C. S., Leão, D. F., Brandão, J. L., Ferreira, P. S. (2000), *Marcial. Epigramas. Vol. I*. Lisboa, Edições 70.

- Rodrigues, N. S. (2007), *Judaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Rodrigues, N. S. (2012), “Sodoma e Gomorra em Pompeios” in J. R. Carbó, ed., *El Final de los Tiempos. Perspectivas religiosas de la catástrofe en la Antigüedad*. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva (= ARYS 10) 259-274.
- Rodrigues, N. S. (no prelo), “A Mulher de Milreu: anatomia e recepção de um penteado”, *O Arqueólogo Português*.
- Saulnier, C. (1989; 1991), “Flavius Josephus et la propagande Flaviennne”, *RBi* 96/4 545-562; 98/2 199-221.
- Schalit, A. (1975), “Die Erhebung Vespasians nach Flavius Josephus, Talmud und Midrasch. Zur Geschichte einer messianischen Prophetie”, *ANRW* II.2 208-327.
- Tuck, S. L. (2016), “Imperial Image-Making” in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 109-128.
- Vasunia, P. (2003), “Plutarch and the Return of the Archaic” in A. J. Boyle – W. J. Dominik, eds, *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 669-390.
- Vervaeke, F. J. (2016), “The Remarkable Rise of the Flavians” in A. Zissos, ed., *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons 43-59.
- Veyne, P. (1995), *Le pain et le cirque*. Paris, Seuil.
- Wilson, M. (2003), “After the Silence: Tacitus, Suetonius, Juvenal” in A. J. Boyle & W. J. Dominik, eds., *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 523-542.
- Zanker, P. (2008), *Augustus und die Macht der Bilder*. München, Verlag C. H. Beck.
- Zissos, A. (2003), “Spectacle and Elite in the *Argonautica* of Valerius Flaccus” in A. J. Boyle – W. J. Dominik, eds, *Flavian Rome. Culture, Image, Text*. Leiden/Boston, Brill 659-684.
- Zissos, A., ed. (2016), *A Companion to the Flavian Age of the Imperial Rome*. Oxford, Blackwell-John Wiley & Sons.